



Observatório da Oposição

6 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 27

Lula promove farrá no setor energético e repassa conta ao consumidor

Somente em 2024, expansão
descontrolada de programas do PT
deve custar R\$ 36 bi, afetando tarifas

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

POLÍTICA

3

TRABALHISTA

4

AGRO

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EV AIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



ECONOMIA

Lula promove farra no setor energético e repassa conta ao consumidor

Somente em 2024, expansão descontrolada de programas do PT deve custar R\$ 36 bi, afetando tarifas

- A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é financiada pelos consumidores e tem como objetivo oferecer descontos tarifários a grupos de baixa renda, apoiar a eletricidade em áreas remotas, e promover fontes de energia como a eólica e a solar, junto com outros estímulos.
- A projeção para 2024 é que haja um crescimento na CDE da ordem de 5,73%, com o volume de recursos chegando a R\$ 36,9 bilhões, ante R\$ 34,9 bilhões aprovados para 2023.



Outras Mídias

- De acordo com estimativas, a CDE representa 17% das tarifas ao consumidor e um aumento de R\$ 1 bilhão nessa conta pode acarretar em um acréscimo médio de 0,5 pontos percentuais nas contas de luz.

Luz mais cara

- A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo de natureza contábil estabelecido pela [Lei 10.438/2002](#), com a finalidade de financiar, ao longo de um período de 25 anos, a universalização do serviço de energia elétrica, o avanço no desenvolvimento energético dos estados, a promoção da competitividade de fontes de energias renováveis e a sustentação da indústria do carvão mineral nacional.
- Na prática, as distribuidoras de energia são responsáveis por coletar os montantes referentes à CDE, que são incorporados nas tarifas de eletricidade. Em outras palavras, esses encargos são custeados para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), abrangendo tanto aqueles que participam do Mercado Livre (ACL) quanto os que estão no Mercado Regulado, atingindo todos os consumidores, independentemente do mercado em que operam.
- Cabe ressaltar que a CDE é o encargo de maior relevância no âmbito do setor elétrico, chegando a representar [17% da tarifa de energia](#), a depender da região e da categoria de consumo.
- Em 2024, há a previsão de que a CDE atinja a cifra de R\$ 36,6 bilhões, segundo a consultoria TR Soluções, ouvida pelo [veículo Poder 360](#). No entanto, a conta pode ficar ainda mais elevada.



- Nesse contexto, pesam o relançamento do programa [“Luz para Todos”](#) (R\$ 2,5 bilhões), a ampliação do público-alvo da [Tarifa Social de Energia Elétrica](#)¹ (R\$ 7 bilhões) e o subsídio à energia renovável (R\$ 11,72 bilhões). Além disso, está em discussão a concessão de novos subsídios, como o previsto para o hidrogênio verde.
- Considerando que o rendimento familiar per capita no Brasil foi de [R\\$ 1.625 em 2022 \(PNAD\)](#), há um número expressivo de famílias brasileiras de baixa e média renda, não contempladas pelas políticas públicas do setor, que serão afetadas negativamente pelos novos acenos do governo.

Aumento da tarifa para consumidor é fruto da diminuição de contribuição da União

- De acordo com dados apresentados no [Acórdão 2.608/2018-TCU-Plenário](#), cujo relator foi o ministro Benjamin Zymler, o aumento das despesas totais da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nos últimos anos, juntamente com a diminuição da contribuição da União para o seu orçamento, resultou em um aumento significativo dos custos que agora recaem quase integralmente sobre os consumidores.
- Nesse contexto, o Governo deveria considerar maior parcimônia ao definir políticas públicas que fossem compatíveis com a realidade orçamentária do país, podendo ser considerado uma espécie de pedalada fiscal o repasse de subsídios na conta da CDE, em suma, dos consumidores brasileiros.
- O relatório mencionado detalha o efeito negativo dos diversos subsídios cruzados inseridos na CDE, ou seja, os incentivos financiados por consumidores de um determinado mercado, em prol de outro segmento. Há uma deficiência reconhecida no desenho desses subsídios, principalmente, pela ausência de [definição dos problemas ou necessidades sociais que cada subsídio busca abordar ou mitigar, assim como de metas e objetivos](#) que seriam contemplados pela ação governamental.
- Não obstante o mérito dessas concessões, entendemos que o mais correto seria destinar fontes de financiamento específicas no orçamento público, desonerando o consumidor de energia elétrica.



¹ O número foi ampliado de [14,8 milhões de unidades](#) consumidoras para aproximadamente [17 milhões em 2023](#).

- Nesta instância, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e profissionais especializados no campo da regulação energética convergem na imperatividade de revisar a aplicação e o arcabouço financeiro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com intuito de aprimorar a transparência dos custos agregados às faturas de eletricidade paga pelos brasileiros.

“

A concessão, via CDE, de subsídios tidos como desalinhados da política tarifária do setor elétrico somente será lícita se não extrapolar a parcela de recursos públicos especificamente destinados a tais subsídios no orçamento federal”.

Aroldo Cedraz,

Ministro do TCU, no Acórdão 2.877/2019 – Plenário.



“

O que se faz no setor elétrico é caridade com o chapéu alheio. Não é aceitável, por exemplo, subsídio para carvão mineral ou para beneficiar um tipo de energia em detrimento de outra. O desconto para baixa renda é justificável, mas também tem que vir de uma política governamental”.

Mariana Amim,

diretora de Assuntos Técnicos e Regulatórios da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), em entrevista ao veículo Poder 360.



- O Governo Temer reconheceu a necessidade de rever essa estrutura de custos prejudicial aos consumidores brasileiros, por meio do [Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018](#). Em síntese, a ideia foi de reduzir anualmente sete dos subsídios na razão de 20% ao ano a partir de janeiro de 2019.
- Por outro lado, o governo Lula III planeja ampliar os gastos a serem pagos pelos brasileiros em suas contas de energia nos próximos anos, ocultando o problema com contabilidade criativa a ser operada pelo ministro Alexandre Silveira.
- Conforme [veiculado pela CNN](#), a estratégia de bastidores tem por alvo a negociação de R\$ 25 bilhões da contas de privatização da Eletrobras, que seriam antecipados para que sejam promovidas reduções artificiais na conta de energia até 2026, quando se encerraria o mandato de Lula.

O governo brasileiro optou por privatizar a Eletrobras, a empresa líder no setor elétrico do país, por meio da emissão de novas ações, reduzindo assim a sua participação na empresa de 72% para aproximadamente 45%. O preço por ação na oferta foi estabelecido em R\$ 42, gerando um montante total de R\$ 29,29 bilhões, conforme informado em comunicado oficial da companhia.

- Novamente, a abordagem de curto prazo do governo do PT se sobrepõe à necessidade de reestruturar a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e de promover a adoção de fontes de energia renovável para fortalecer o sistema energético do Brasil. Nesse cenário, observam-se ações que refletem uma gestão de recursos públicos que privilegia medidas imediatistas, negligenciando claramente abordagens sustentáveis, tanto em termos ambientais quanto financeiros.
- Cumpre salientar que esse não é o primeiro movimento do governo Lula III, em que os consumidores de energia brasileiros foram prejudicados. Durante as negociações tarifárias para a energia produzida por Itaipu, emissários do Partido dos Trabalhadores (PT) desconsideraram a indicação do governo Bolsonaro de estabelecer um [Custo Unitário do Serviço de Eletricidade \(CUSE\) mais baixo, reduzindo-o para US\\$ 12,67 por quilowatt-hora](#), o que equivaleria a uma redução de 43,94% e resultaria em uma economia superior a R\$ 9 bilhões/ano para os consumidores.



Wikipédia

- Surpreendentemente, os [representantes de Lula estabeleceram, juntamente com os parceiros paraguaios, um valor para o CUSE de US\\$ 16,71 por quilowatt-hora](#), desnecessariamente mais alto.
- Deliberadamente, o governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva optou por onerar os cidadãos brasileiros com custos mais elevados, com intuito de criar um excedente de recursos destinados a beneficiar o governo do Paraguai e “prefeituras amigas” do governo em projetos pouco específicos.
- Sem dúvida, há o interesse subjacente de melhorar a reputação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Mato Grosso do Sul e Paraná, estados em que a agremiação política perdeu influência nos últimos anos.

Lula planeja nova estatal para interferir em empresas privadas de combustíveis

Órgão executaria funções de responsabilidade da ANP, que continuaria existindo

- O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, propôs a criação de uma entidade privada, o Operador Nacional do Sistema de Distribuição de Combustíveis, para supervisionar os ajustes de preços realizados por distribuidoras e postos de combustíveis.
- A proposta, respaldada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é comparada ao Operador Nacional do Sistema (ONS) do setor elétrico, mas desperta questionamentos sobre sobreposição de competências com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e outros órgãos de defesa do consumidor.
- A iniciativa pode aumentar a insegurança jurídica e impor custos adicionais, recaindo sobre os consumidores e a sociedade em geral.



O Antagonista

- Há preocupações dos efeitos de uma nova intervenção estatal no mercado de combustíveis, que opera com liberdade de preços desde 2002, após a Lei nº 9.478/1997.
- Exemplo recente expõe o risco da intervenção governamental no setor, como a crise de abastecimento na Argentina devido ao tabelamento de preços de petróleo.

Operador Nacional do Sistema de Distribuição de Combustíveis

- O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, deu conhecimento público à proposta de sua pasta que envolve a criação de uma entidade de direito privado, Operador Nacional do Sistema de Distribuição de Combustíveis, cujas responsabilidades incluirão a supervisão dos ajustes de preços realizados por distribuidoras e postos de combustíveis.



“O operador que nós iremos criar é o Operador Nacional do Sistema de Distribuição de Combustíveis, queremos que seja complementar com a ANP, a fim de que nós tenhamos segurança toda vez que a Petrobras, ou qualquer outro importador ou refinaria, que abaxe o preço na refinaria, que esse preço chegue ao consumidor. E sabemos que a ANP tem limitações para poder fazer essa fiscalização”, ministro de Minas e Energia, [Alexandre Silveira](#).

“

Não só tem que fiscalizar na bomba, como tem que procurar saber de onde vem aquilo para poder chegar com aquele preço, para poder provar que aquele preço é razoável ou não”.

Jean Paul Prates

- A ideia é que a nova entidade atue tal qual o Operador Nacional do Sistema (ONS) no setor elétrico. A proposta também foi apoiada pelo atual presidente da Petrobras, Jean Paul Prates:

- Para tanto, o ministro divulgou que pretende enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional para criar o Operador Nacional do Sistema de Distribuição de Combustíveis, com o respaldo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, não há ainda prazo definido para a apresentação da proposta.

Competências da ANP

- Primeiramente, entendemos que há uma zona de sombra nas competências entre a nova entidade proposta e a Agência Nacional de Petróleo (ANP), tendo em vista que a finalidade comum de fiscalizar as atividades econômicas da indústria do Petróleo. Nesse sentido, a proposta pode acarretar um aumento da insegurança jurídica no setor, por engendrar um nítido quadro de conflito de competências:

“Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a **fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo**, do gás natural e dos biocombustíveis [...]”.

[Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.](#)





- Além disso, haverá necessariamente uma elevação dos custos para o Estado pela multiplicidade de organizações orientadas ao mesmo fim. Deve-se considerar ainda que existem outras estruturas estatais que endereçam ações de proteção aos interesses dos consumidores, como a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e o próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
- Para ilustrar, atualmente, o Procon [fiscaliza denúncias de abuso no aumento de preços no valor do combustível](#) ou ainda queixas sobre a qualidade oferecidas pelos próprios consumidores. Por sua vez, o Cade, movido por denúncias do Ministério Público ou da ANP, pode instaurar processos administrativos para punir a [atuação de cartéis de postos](#) e outros abusos de natureza econômica.
- Sobretudo, devemos considerar que uma fiscalização pormenorizada dos postos de combustíveis, tal como proposto pelo ministro, deve implicar em um custo operacional significativo para a nova entidade, considerando que existem, atualmente, em torno de [41.808 postos de combustível operando no país, segundo dados da ANP](#).
- Avaliando esses elementos, torna-se imperativo ponderar que o ônus de manutenção da recém-criada estrutura recairá sobre os consumidores de combustíveis, ou mesmo de maneira indireta sobre a sociedade em geral, pois haverá a necessidade de criar ou majorar tributos para viabilizar a atuação do novo órgão.

- Segundo, entendemos que há uma diferença econômica não desprezível entre o setor elétrico e o setor de combustíveis, tal como configurados em seus respectivos modelos regulatórios.
- O setor elétrico é caracterizado atualmente como monopólio natural e remunerado por tarifas públicas. Por outro lado, o mercado de combustíveis está organizado como outros setores do varejo, considerando que desde janeiro de 2002, o Brasil opera sob o regime de liberdade de preços nos segmentos de combustíveis, não havendo tabelamento de valores e nem exigência de autorização prévia para reajustes, conforme determina a [Lei nº 9.478/1997](#).
- Desse modo, entendemos que o ministro realizou uma comparação inapropriada, reforçando a crença de um interesse subjacente de ampliar a intervenção do governo Lula no setor de petróleo e gás.
- Salientamos que experiências de controle estatal de preços, em especial, nos combustíveis têm se mostrado ineficientes e nefastas para sociedade. Recentemente, tivemos o exemplo do [mercado de combustíveis na Argentina, que enfrenta um potencial colapso](#), conforme relatos de interrupções no fornecimento de derivados de petróleo em postos na região metropolitana de Buenos Aires.
- Entre as causas está o tabelamento do preço do barril de petróleo a níveis inferiores à cotação internacional. Essa dinâmica resulta em distorções de preços e é apontada como a causa primordial da escassez de diesel, [conforme avaliação do economista Mauricio Roitman, ex-presidente da agência reguladora Enargas](#).

2 POLÍTICA

Por que Lula insiste em entregar uma área com orçamento milionário na Petrobras a uma pessoa demitida por corrupção?

Governo dribla regras de compliance para manter Luís Fernando Nery em cargo que esteve no epicentro de escândalos como o Mensalão

- A escolha de Luís Fernando Nery como interino da Gerência Executiva de Comunicação na Petrobras tem gerado preocupações devido ao seu histórico problemático na empresa.
- **Nery foi demitido da Petrobras em 2019 devido a suspeitas de corrupção e desvios de verbas relacionados a publicidade e eventos da empresa.**



Jean Paul Prates, indicado por Lula para a presidência da Petrobras, mantém gerente demitido por corrupção, Luís Fernando Nery.



- Antes disso, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, tentou nomear Nery como gerente executivo, mas o **comitê de conformidade da Petrobras vetou a indicação**.
- Nery foi acomodado como assessor especial da presidência da Petrobras, recebendo um alto salário e interferindo diretamente em decisões na área de publicidade e patrocínio.
- A ligação de Nery com o presidente Lula e a insistência de Prates em manter o colaborador controverso em posições-chave da companhia despertam novos conflitos de interesse e interferência política nas decisões da Petrobras.

Gerente terá verba de R\$ 150 milhões para a contratação de agências de publicidade, comunicação e patrocínios

- A nomeação de Luís Fernando Nery como interino da Gerência Executiva de Comunicação na Petrobras é o novo capítulo na crise de governança corporativa da Petrobras sob a gestão de Jean Paul Prates.
- Nery ocupou uma posição influente na Petrobras durante o governo de Dilma Rousseff. Em 2016, a estatal iniciou uma investigação interna contra ele por supostas irregularidades relacionadas ao [gasto de mais de R\\$ 1 milhão com ingressos para camarotes de políticos aliados de Dilma durante o carnaval da Bahia](#), bem como o patrocínio do trio elétrico de um parente do chefe de gabinete do ex-presidente da empresa, Sérgio Gabrielli.
- [Por fim, foi desligado da Petrobras em 2019 devido a alegações de condutas inadequadas relacionadas à corrupção e apropriação indevida](#) de recursos associados a atividades de promoção e eventos da empresa. Essa trajetória controversa levanta questões quanto à conveniência de sua designação para um cargo de alta responsabilidade que envolve decisões financeiras em cifras milionárias.



Jean Paul Prates,
presidente da Petrobras

- Na última década, as despesas da Petrobras com publicidade somaram [aproximadamente R\\$ 1 bilhão](#), com um gasto médio de R\$ R\$ 106 milhões por ano. Conforme relatórios oficiais da empresa, até agosto de 2023 foram gastos R\$ 73,5 milhões.
- Em abril, Jean Paul Prates havia tentado nomear Nery como gerente executivo, mas essa decisão foi vetada pelo Comitê de Conformidade da empresa, que estava determinado a manter um padrão rigoroso de integridade em suas contratações de liderança.
- Para contornar as questões de conformidade, Nery foi acomodado na posição de assessor especial da presidência da Petrobras, na qual permaneceu por cinco meses, recebendo um salário substancial de R\$ 63 mil.
- Nesse intervalo, ele teve participação significativa na tomada de decisões cruciais relacionadas às estratégias de publicidade e patrocínio da empresa, em sobreposição à titular da Gerência Executiva de Comunicação, Vânia Gonçalves.
- A Petrobras optou por nomear Nery como substituto eventual para evitar uma nova revisão pelo comitê de conformidade, em evidente uso de má fé dos instrumentos de governança corporativa da estatal. Vale ressaltar que os salários dos gerentes executivos na Petrobras variam significativamente, variando de R\$ 53 mil a R\$ 79 mil.
- Notável é a persistência de Prates e Lula na indicação de Luís Fernando Nery para funções estratégicas na área de publicidade e propaganda da Petrobras. Em especial, à luz do histórico do PT envolvendo escândalos relacionados a corrupção por meio de contratos de publicidade e propaganda, como evidenciado no Escândalo do Mensalão e nas atividades de lavagem de dinheiro conduzidas pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.
- Isso levanta questões sobre possíveis conflitos de interesse e se as decisões da Petrobras estão sendo orientadas mais por interesses políticos do que por critérios objetivos de competência e integridade. No mínimo, classificamos como temerária a conduta do acionista controlador em relação aos demais acionistas.

O “inchaço” do Conselho da Petrobras

- Há algum tempo, têm sido observados comportamentos questionáveis na alta administração da Petrobras, durante o mandato de Jean Paul Prates. [O Conselho da Petrobras tem sido preenchido com nomeações políticas do PT e da Federação Única dos Petroleiros \(FUP\)](#), favorecendo indivíduos com ligações tanto a Prates quanto a Lula.
- Como exemplo, Prates nomeou para sua equipe de assessores, dentre os 11 componentes, um ex-sócio da Expetro, Sérgio Caetano Leite, e até mesmo um colega de escola, Carlos Augusto Barreto.
- Segundo as informações divulgadas pelo [jornal “O Globo”](#), Luís Fernando Nery foi recomendado diretamente pelo presidente Lula. É notável que tenha sido nomeado para uma área que foi palco de vários escândalos durante o governo do PT, especificamente a publicidade e a propaganda.
- Luiz Fernando Nery possui vínculos com a Frente Única dos Petroleiros (FUP) e com Wilson Santarosa, que ocupou a posição de chefe da Divisão de Comunicação da Petrobras de 2003 a 2015, abrangendo os dois mandatos iniciais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT).
- Ademais, cabe lembrar que o Conselho de Administração da Petrobras está avaliando proposta que visa a ampliação do quadro de assessores alocados a cada conselheiro da empresa, com a possibilidade de remunerações alcançando até 90 mil reais. Esse movimento reforça a percepção de utilização política da estatal petrolífera por parte de seu acionista majoritário, o Governo.
- A nomeação de assessores com vínculos políticos em detrimento de qualificações técnicas válidas é motivo de apreensão em qualquer empresa séria. Essa trajetória evoca lembranças da Petrobras durante um período marcado por escândalos de corrupção e administração inadequada sob o governo do PT, culminando na classificação da [empresa como a mais endividada do mundo pelo Bank of America Merrill Lynch](#).

3 TRABALHISTA

Com Lula, geração de empregos no Brasil cai 26,6%

País gerou neste ano 400 mil empregos a menos do que em 2022

O CAGED, sistema responsável pelo registro de admissões e demissões de trabalhadores no Brasil, apresenta estatísticas de empregos formais por meio de informações captadas dos sistemas eSocial, CAGED e Empregador Web, as quais foram divulgadas no último dia 30, pelo Ministério do Trabalho e Previdência, e estão disponíveis [aqui](#).

Segundo o sistema, no mês de setembro de 2023 ao todo, foram registradas em setembro 1,9 milhão de contratações e 1,7 milhão demissões, gerando um saldo de **211,76 mil** novos postos de emprego. Este saldo representa queda em relação a setembro do ano passado, quando foram criados **278,02 mil** empregos formais. O recuo foi de **23,4%** nesta comparação.

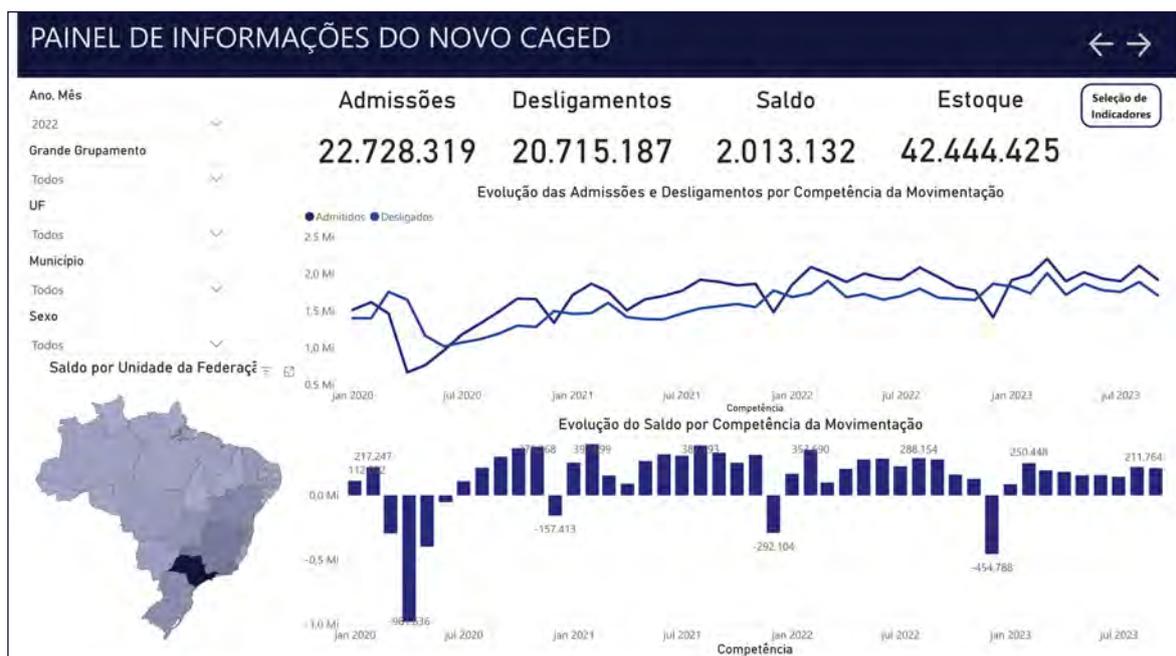


Reprodução

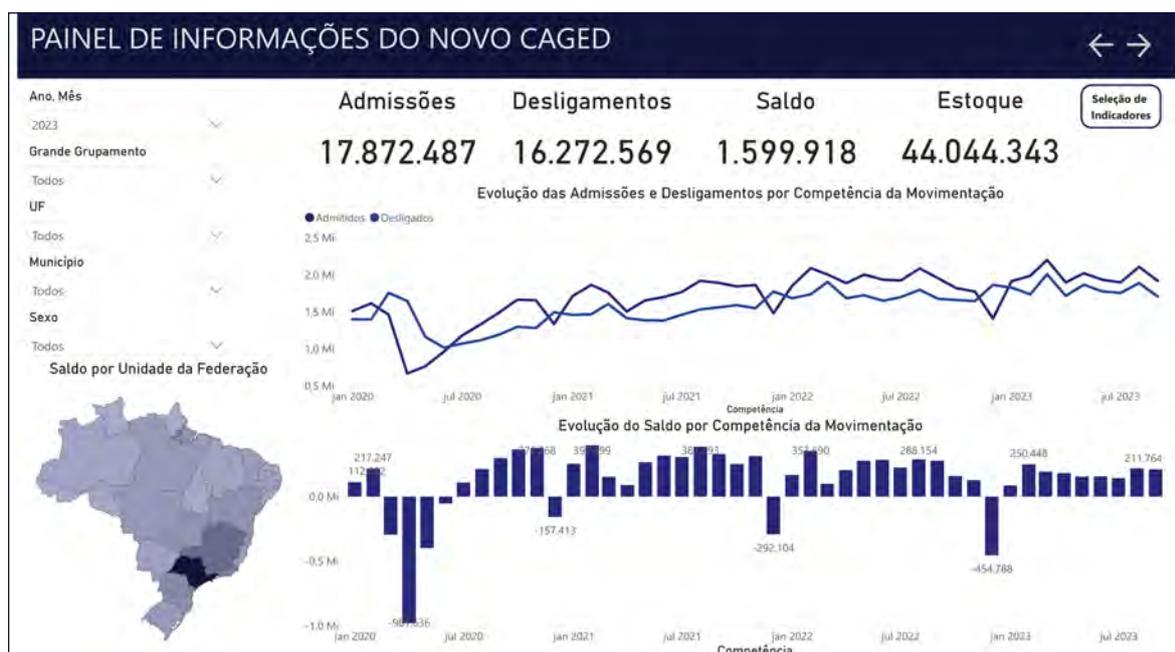
De acordo com os dados, a desaceleração de empregos também ocorreu quando comparado os 9 primeiros meses dos anos de 2022 e 2023. **1,59 milhão** de vagas formais de empregos foram criadas no país nos nove primeiros meses deste ano, este número apresenta recuo de **26,6%** em comparação com o mesmo período de 2022, quando foram criados **2,17 milhões** de empregos com carteira assinada.

QUADROS COMPARATIVOS:

2022



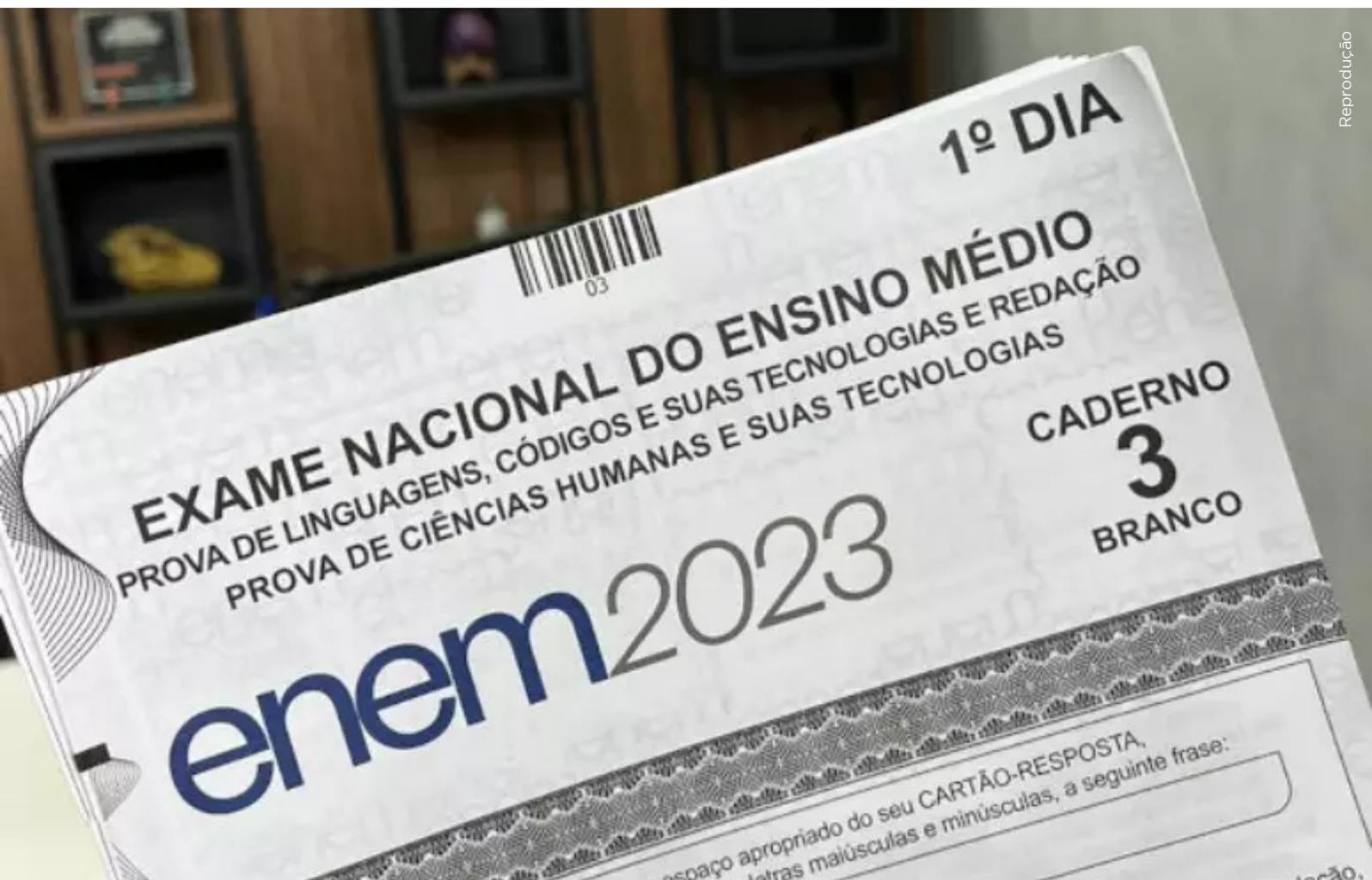
2023



4 AGRO

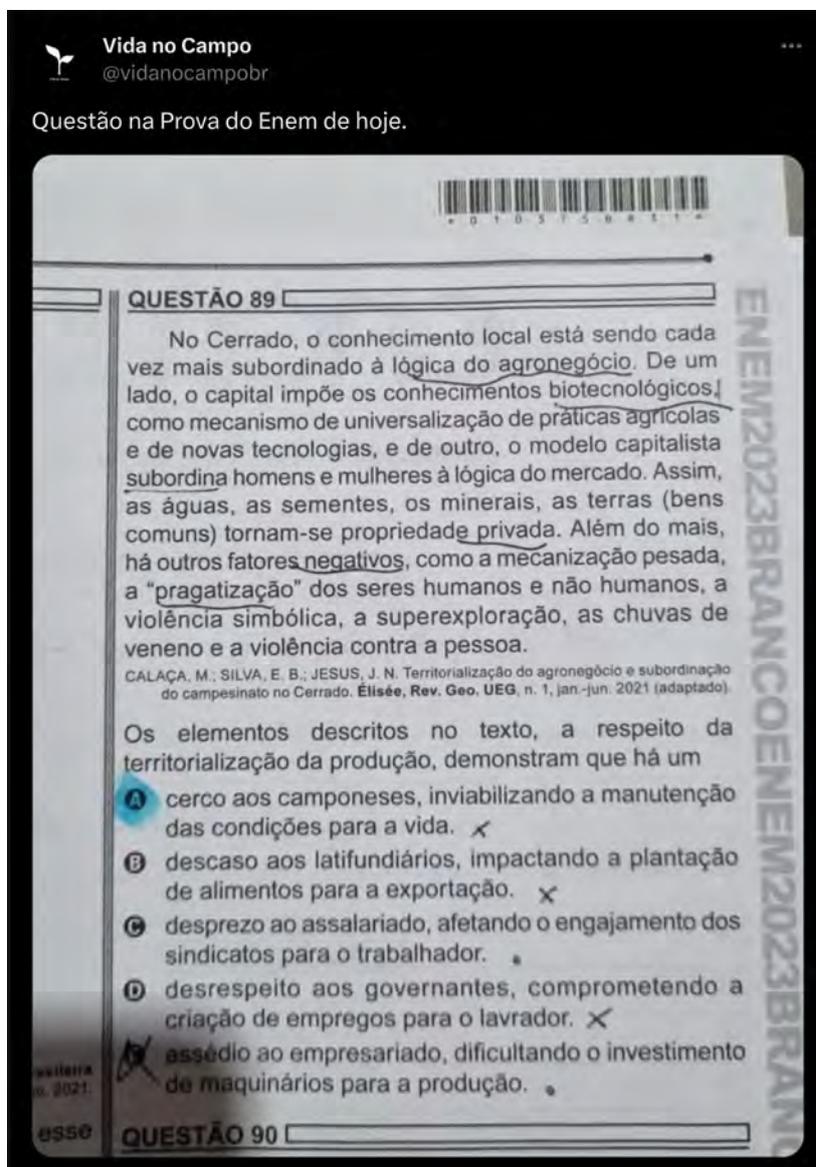
Patrulha ideológica: questões de prova do Enem espalham fake news sobre o Agro

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023, realizado no último fim de semana, abordou questões ideológicas absurdas, com críticas infundadas ao Agro. Esta foi a primeira prova sob o governo de Lula 3. O Enem é organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, vinculado à pasta.



Reprodução

- A questão 89 (figura ao lado) menciona que no Cerrado o conhecimento camponês está sendo subordinado ao agronegócio, levando à privatização de recursos comuns como consequência do capitalismo e a precarização das condições dos seres humanos.

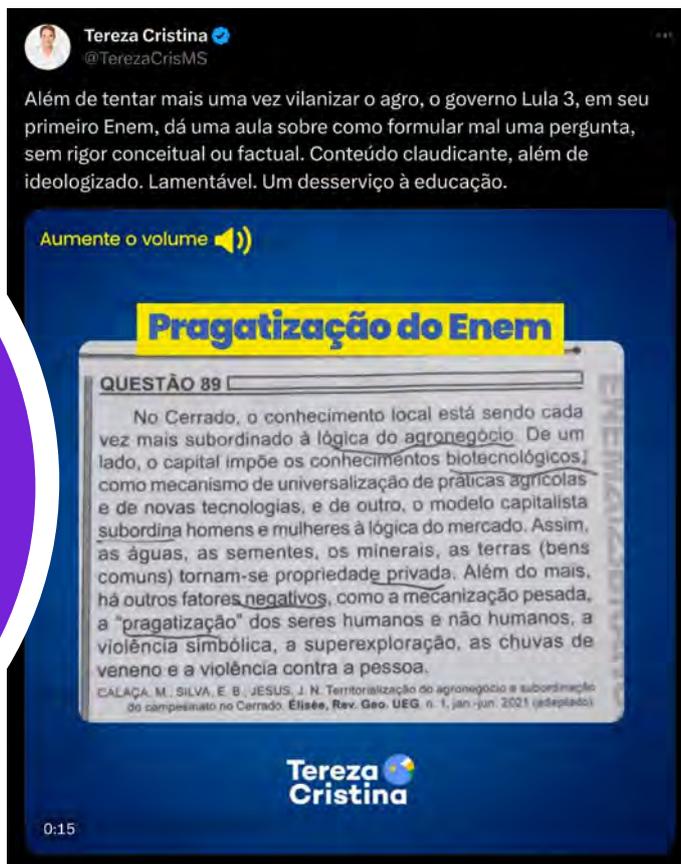


A afirmativa não reconhece o desempenho crucial do agronegócio na alimentação e na economia. A aplicação de conhecimentos biotecnológicos têm contribuído para aumentar a eficiência na produção de alimentos e reduzir a pressão sobre áreas naturais. Além disso, a propriedade privada estimula o investimento e a inovação. Não se pode ignorar os benefícios econômicos e sociais proporcionados pelo agronegócio, que é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de muitas regiões. Basta comparar o [IDH rural dos municípios](#) que possuem o Agro desenvolvido em relação aos que não possuem.

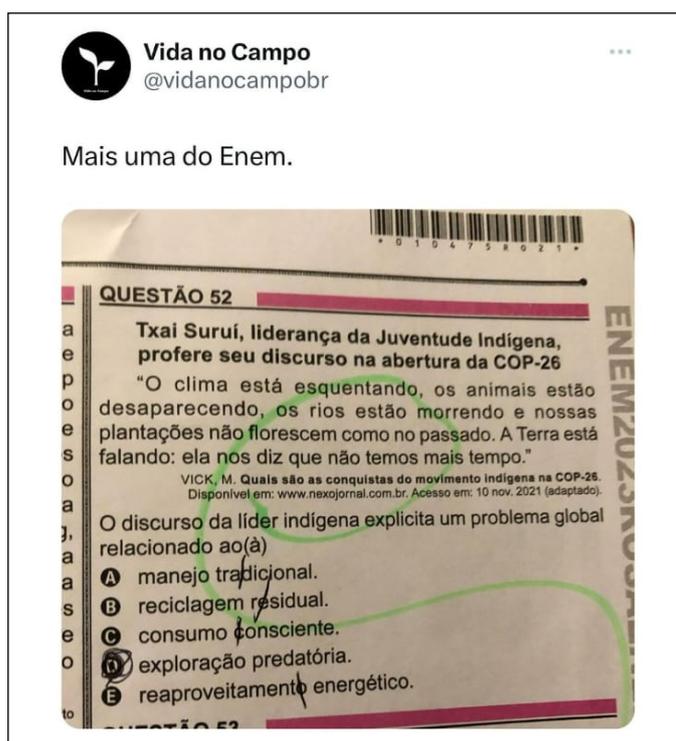
Em seu perfil no X (antigo Twitter), a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, se manifestou sobre a pergunta do Enem, que retoma uma visão retrógrada do campesinato em pleno século XXI.



Meus amigos e minhas amigas, isto é uma vergonha! Um país que trata o setor que cuida da segurança alimentar do seu povo, e de outros países do mundo, com uma pergunta tão obsoleta, velha e ideologizada como esta, numa prova do Enem. Coitado do Brasil! Que vergonha!”.

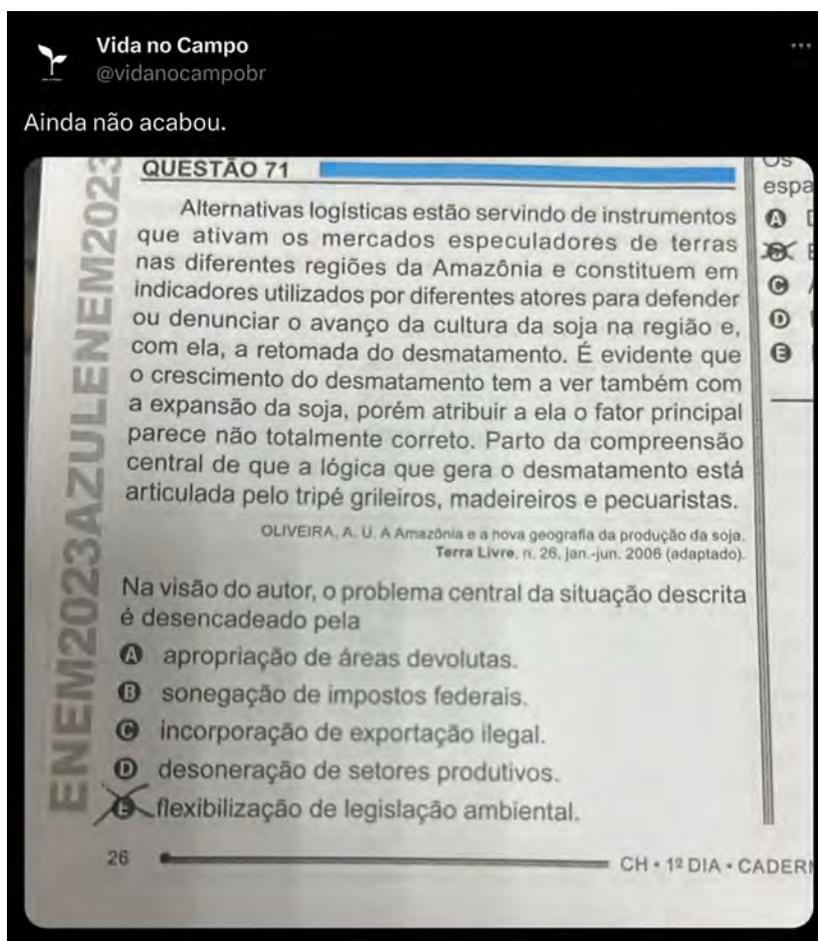


- A questão 52 (figura abaixo), aborda fala infundada e alarmista de [Txai Suruí](#).



Embora seja inegável que existam preocupações legítimas em relação ao meio ambiente, é importante manter uma visão equilibrada da situação. É importante reconhecer que houve avanços significativos na conscientização e na regulamentação ambiental nas últimas décadas. Muitos governos, organizações e indivíduos estão tomando medidas para mitigar os impactos ambientais. Ao afirmar que “não temos mais tempo”, podemos negligenciar os esforços e avanços positivos que estão sendo feitos.

- Por último, a questão 71 (figura abaixo), abordou o avanço da soja na Amazônia, apontando a responsabilidade de grileiros, madeireiros e pecuaristas pelo desmatamento.



Atribuir parcela da responsabilidade aos agricultores e pecuaristas é uma abordagem simplista que negligencia a distinção crucial entre os envolvidos na atividade ilegal (grileiros) e aqueles que operam dentro da legalidade. É correto afirmar que grileiros contribuem significativamente para o crescimento do desmatamento, contudo deve-se separá-los do grupo dos agricultores e pecuaristas legítimos, que desempenham papéis fundamentais na economia e na produção sustentável há anos na região.

Também é importante lembrar a [Moratória da Soja](#), que assegura que a soja, produzida no bioma Amazônia e comercializada pelos seus signatários, esteja livre de desflorestamentos ocorridos após 22 de julho de 2008. Logo, o Enem traz um texto obsoleto e inverídico à atual realidade.

Reação

O senador Luiz Carlos Heinz (PP-RS) afirmou:

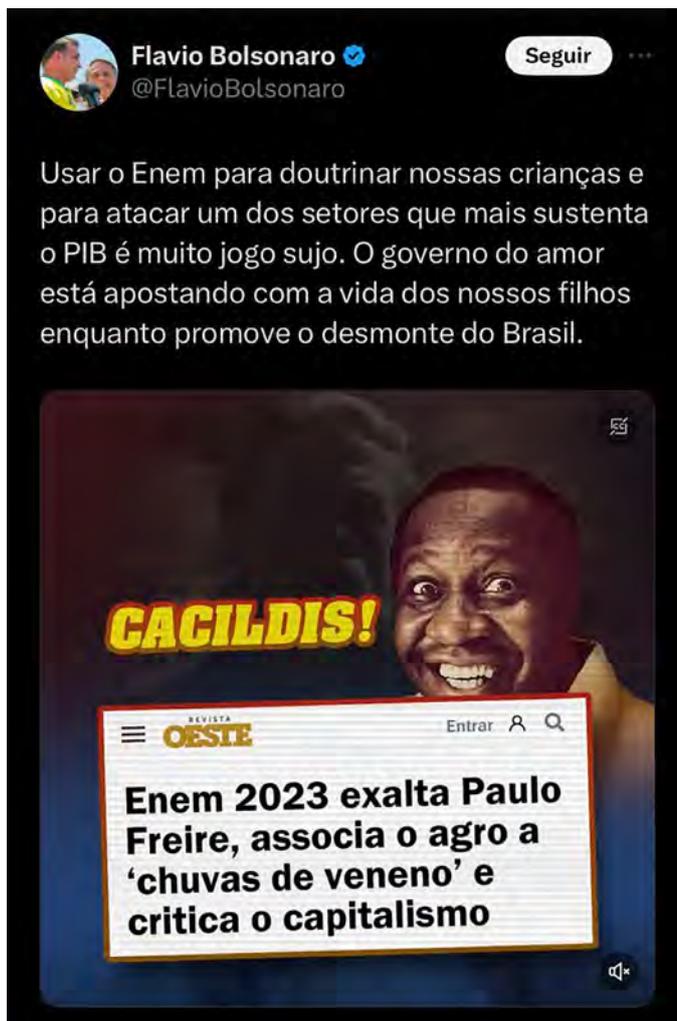


O uso ideológico da máquina é um fato que precisa ser explicado e exige retratação”. Segundo o parlamentar, o Senado tem o dever de convocar o ministro da Educação, Camilo Santana, para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido.



Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse:

“
Usar o Enem
para doutrinar
nossas crianças e para
atacar um dos setores
que mais sustenta o
PIB é muito jogo
sujo”.



Não são de hoje os conflitos pelo uso ideológico de nosso sistema de educação. Para tanto, iniciativas como a [De Olho No Material Escolar](#) são importantes e devem ser mais divulgadas. A DNME é uma entidade que surgiu pela organização da sociedade civil com a motivação de contribuir para uma educação positiva e atualizada sobre o agro, com base em conteúdo científico e que gere perspectivas positivas para os estudantes.